

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 044

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Ademar Luiz Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Luciana Rafagnin</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE ABRIL DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 194/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/2002, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a firmar operação de crédito interno no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte - Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 220/2002, oriunda da Mensagem Governamental nº 013/2002, que dispõe sobre Crédito Suplementar de R\$482.763,00 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 267/2001 aos Projetos de Lei nºs 184/2001, 456/2001 e 466/2001, que estabelecem passe livre às pessoas portadoras de deficiência nos transportes intermunicipais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 324/2001, de sua autoria, que insere parágrafo ao artigo 180 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família da senhora Onoria Nascimento Bueno, falecida em 15 de abril em Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encami-

nhada ao senhor Lázaro Bueno, à rua Ceará 345- B, Centro - CEP 86.870.000 Ivaiporã- Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Jair Bueno e Ineide Bueno, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus, que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, APÓS ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osvaldo Ioungblood e Ilda Gina Ioungblood, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de voto de congratulações à instituição beneficente Sociedade de Socorro aos Necessitados, de Curitiba, premiada entre as 50 administrações mais eficientes do país que receberão em 14 de maio, o Premio Bem Eficiente, considerado o “Oscar” da beneficência brasileira.

A sociedade Socorro aos Necessitados, presidida pelo senhor Ivo Simas Moreira, está situada na Rua Konrad Adenauer - 576- CEP 82.820-540 - Curitiba/PR.

O Paraná com quatro premiações, foi o segundo Estado do País, que mais teve instituições escolhidas, ficando atrás apenas de São Paulo, com 31. Foram pre-miados ainda o Pequeno Cotelengo, a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

A premiação está em sua sexta edição e é promovida pela empresa de consultoria Kanitz & Associados, em parceria com outras sete grandes organizações empresariais do país: Accor, Banco Dibens, KM9DDB, Firmenich, Grupo Solvay, Intermédica Sistema de Saúde e Natura.

Concorreram ao prêmio 351 instituições beneficentes de todo o país. A comissão que fez a escolha avaliou 42 critérios diferentes em cada entidade. Foram verificados, por exemplo, os resultados financeiros, organizacionais e operacionais, além da transferência da instituição e dos benefícios sociais que são gerados pela entidade.

A Sociedade de Socorro aos Necessitados mantém a Creche Pequeno Reino, com 160 filhos de mulheres carentes e Lar de Idosos Recanto do Tarumã, que presta atendimento integral a 120 idosos.

O trabalho dessa instituição é essencial e merece esse reconhecimento nacional.

Fonte: Gazeta do Povo- 12.04.2002

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de voto de congratulações à instituição beneficente Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional de Curitiba, premiada entre as 50 administrações mais eficientes do país que receberão em 14 de maio, o Prêmio Bem Eficiente, considerado o “Oscar” da beneficência brasileira.

A Fundação ecumênica de Proteção ao Excepcional, presidida pelo senhor José Alcides Marton da Silva,

está situada na Av. prefeito Lotário Meissner, 836, Jardim Botânico - CEP 80.210.170- Curitiba/PR.

O Paraná com quatro premiações, foi o segundo Estado do País, que mais teve instituições escolhidas, ficando atrás apenas de São Paulo, com 31. Foram premiados ainda o Pequeno Cotoengo, a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Sociedade Socorro aos Necessitados.

A premiação está em sua sexta edição e é promovida pela empresa de consultoria Kanitz & Associados, em parceria com outras sete grandes organizações empresariais do país: Accor, Banco Dibens, KM9DDB, Firmenich, Grupo Solvay, Intermédica Sistema de Saúde e Natura.

Concorreram ao prêmio 351 instituições beneficentes de todo o país. A comissão que fez a escolha avaliou 42 critérios diferentes em cada entidade. Foram verificados, por exemplo, os resultados financeiros, organizacionais e operacionais, além da transferência da instituição e dos benefícios sociais que são gerados pela entidade.

A Fundação Ecumênica há 40 anos presta assistência, promove educação para 415 alunos excepcionais e dá atendimento médico a 150 crianças portadora de deficiência mental. No Paraná é responsável pela realização do teste do pezinho, para prevenir doenças em bebês.

O trabalho dessa instituição é essencial e merece esse reconhecimento nacional.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de voto de congratulações à instituição beneficente Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, de Curitiba, premiada entre as 50 administrações mais eficientes do país que receberão em 14 de maio, o Prêmio Bem Eficiente, considerado o "Oscar" da beneficência brasileira.

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com neoplasia, presidida pelo senhor Antonio Carlos dos Santos Lima, está situada na Rua Oscar Schrapoe Senior, 250- CEP 82.810-690- Curitiba/PR.

O Paraná com quatro premiações, foi o segundo Estado do País, que mais teve instituições escolhidas, ficando atrás apenas de São Paulo, com 31. Foram premiados ainda o Pequeno Cotoengo, a Sociedade de Socorro aos Necessitados e a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

A premiação está em sua sexta edição e é promovida pela empresa de consultoria Kanitz & Associados, em parceria com outras sete grandes organizações empresariais do país: Accor, Banco Dibens, KM9DDB, Firmenich, Grupo Solvay, Intermédica Sistema de Saúde e Natura.

Concorreram ao prêmio 351 instituições beneficentes de todo o país. A comissão que fez a escolha avaliou 42 critérios diferentes em cada entidade. Foram verificados, por exemplo, os resultados financeiros, organizacionais e operacionais, além da transferência da instituição e dos benefícios sociais que são gerados pela entidade.

A APANC, fundada em 1983, atende hoje, mensalmente 100 crianças com câncer.

O trabalho dessa instituição é essencial e merece esse reconhecimento nacional.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de voto de congratulações à instituição beneficente Pequeno Cotoengo, de Curitiba, premiada entre as 50 administrações mais eficientes do país que receberão em 14 de maio, o Prêmio Bem Eficiente, considerado o "Oscar" da beneficência brasileira.

O Pequeno Cotoengo, presidida pelo Padre Pedro Bortolini, está situada na Rua José Gonçalves Júnior, 140 - Campo Comprido - CEP 81.220.210- Curitiba/PR.

O Paraná com quatro premiações, foi o segundo Estado do País, que mais teve instituições escolhidas, ficando atrás apenas de São Paulo, com 31. Foram premiadas ainda a Sociedade de Socorro aos Necessitados, a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

A premiação está em sua sexta edição e é promovida pela empresa de consultoria Kanitz & Associados, em parceria com outras sete grandes organizações empresariais do país: Accor, Banco Dibens, KM9DDB, Firmenich, Grupo Solvay, Intermédica Sistema de Saúde e Natura.

Concorreram ao prêmio 351 instituições beneficentes de todo o país. A comissão que fez a escolha avaliou 42 critérios diferentes em cada entidade. Foram verificados, por exemplo, os resultados financeiros, organizacionais e operacionais, além da transferência da instituição e dos benefícios sociais que são gerados pela entidade.

O Pequeno Cotoengo, fundado em 1965, atende 236 portadores de deficiência física ou mental, de 0 a 65 anos, abandonados pelas famílias.

O trabalho dessa instituição é essencial e merece esse reconhecimento nacional.

Sala das Sessões, em 17.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a TV Esplanada, de Ponta Grossa.

A TV Esplanada está completando 30 anos de existência. Desde os seus fundadores, primeiros técnicos e funcionários que foram pioneiros da televisão na região dos Campos Gerais, até a atual diretoria, a emissora vem mantendo o espírito empreendedor sempre atualizado no meio de comunicação do Estado e do País, desenvolvendo seu papel social de informar e ligar a comunidade ao mundo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à diretoria, sito a Rua João Batista França Silva, 2885 - Pq. N. S. das Graças - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) LUZI CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, votos de congratulações para a Imobiliária Cilar, por ter completado 40 anos de funcionamento, na pessoa do Sr. João França Tomazini, Diretor Geral.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Neste mês completando 40 anos de fundação, a Imobiliária Cilar é uma das empresas líderes do mercado paranaense de seu setor econômico, numa conquista consolidada ao longo dos anos por aliar confiabilidade e tradição com novas técnicas de administração e recursos tecnológicos.

A Imobiliária Cilar surgiu do esforço de um ex-prefeito interiorano, o saudoso José Martins Sobrinho, que nos anos sessenta plantou a semente de um empreendimento de corretagem de imóveis na Capital paranaense. Seus dignos sucessores, tendo à frente hoje o Sr. João França Tomazini, souberam expandir o pequeno negócio, que atualmente opera em três segmentos - o Departamento de Vendas, a Administração e a Locação de Imóveis.

Além de dotar esses departamentos e seus profissionais de todos os meios, inclusive de informática - inclusive divulgando seus produtos e serviços via Internet - para um atendimento e assessoramento adequados, a firma em causa acompanhou a tendência de industrialização da Região Metropolitana de Curitiba, implantando uma unidade em São José dos Pinhais.

Ainda integra a rede de Negócios Imobiliários, um "pool" que reúne as dez mais destacadas empresas do mercado para proporcionar alternativas adicionais aos clientes.

Destacamos ainda o senso de responsabilidade social dos dirigentes da Imobiliária Cilar fiéis ao espírito de serviço público de seu fundador, participando ativamente de todos os órgãos oficiais e entidades de classe representativas da categoria econômica - tais como o

Creci, Secovi, Federação do Comércio e outros - tendo o seu diretor geral, Sr. João França Tomazini dirigido o Sindicato de Compra e Venda de Imóveis do Paraná.

Endereço do homenageado: Alameda Dr. Muricy, 542 - 1º andar. CEP: 80010-120 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel - PR, alusivo à eleição da nova diretoria, ocorrida em 26 de março de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente engenheiro César Davi Veronese, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Carlos de Carvalho, 3143, 731; sala 04 - Centro; CEP. 85806-270.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente:

O deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização à conceituada jornalista Sra. Vita Guimarães, pelos seus relevantes serviços prestados ao município de Londrina, causando orgulho em toda a população londrinense.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua da Sorte 158; CEP: 86077-130 - Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Ministério da Educação para que tome conhecimento e tome as medidas cabíveis com relação aos desvios dos recursos do Fundef no município de Nova Aurora-PR, apurados pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado e noticiado pela imprensa, conforme documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO

NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Desde 1987 os desvios e usos irregulares dos recursos do Fundef, ocorrem no município de Nova Aurora-PR. Foi constatado irregularidades em mais de 5 milhões, conforme matéria jornalística em anexo. Sendo que os desvios do Fundef ensejaram recomendação de intervenção, conforme página 61 da auditoria em anexo.

É importante estancar esta sangria e mau uso do dinheiro público, portanto o Ministério da Educação deve ser urgentemente informado.

Com o dinheiro do Fundef o prefeito municipal pagou shows, contas telefônicas, pagamentos de professores fora do quadro e transporte de alunos do terceiro grau. O recurso é somente para ser aplicado no desenvolvimento do ensino fundamental, sendo este gratuito e obrigatório, para tanto existe esse vínculo constitucional. Os desvios das finalidades do fundo somam mais de R\$312 mil.

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Carlos Sobania, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Elaboramos tal reivindicação atendendo apelo daquela comunidade, formulada a este Parlamentar através de expediente encaminhado pelo senhor prefeito José Antonio da Silva, e pela vereadora Débora Domingues Soares.

Trata-se de reivindicação das mais justas em favor da área de saúde da cidade de Pontal do Paraná, que necessita de veículo apropriado para o transporte de pacientes em casos de emergência, bem como para a locomoção de enfermos até hospitais desta Capital ou localizados em cidades circunvizinhas, dotados de equipamentos médicos modernos e com atendimento em áreas médicas especializadas, razão que solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Miguel Reale Júnior, ministro da Justiça e Presidente do Contran - Conselho Nacional de Trânsito, solicitando estudos visando a adoção de medidas que assegurem aos daltônicos a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Para justificarmos a presente proposição, anexamos o artigo publicado no jornal O Estado do Paraná, suplemento Direito & Justiça, em 18 de novembro de 2001, de autoria do bacharelado em Direito, Rogério Carlos Born, onde apresenta argumentos que levam a concluir pela necessidade de estudos com vistas à edição

de norma legal que beneficie com a expedição de Carteira Nacional de Habilitação, portadores de incapacidade oftálmica de identificação de cores.

O direito assegurado dos daltônicos da carteira de habilitação.

A denominação de daltônico é atribuída àquelas pessoas portadoras da incapacidade oftálmica de identificação das cores ou tonalidades, sendo impedidas do exercício de alguns ofícios e da obtenção da carteira nacional de habilitação ou permissão para dirigir, supostamente, em virtude do entendimento de que as vias públicas não estariam adaptadas para acolher esses motoristas. Apesar de se tratar de uma anomalia que não produz quaisquer dificuldades na interpretação dos sinais de trânsito, motivo pelo qual a proibição é inconstitucional, é inexplicável o fato de que não existe qualquer jurisprudência a respeito do tema, uma vez que a enfermidade chega a atingir até oito por cento da população.

1. Patologia

Os termos “daltônico” e “daltonismo” se constituem na designação genérica relativa à discromatopsia ou discromopsia, sendo que os radicais gramaticais daquelas palavras são tributos ao cientista John Dalton que, como portador, descobriu e pesquisou essa deficiência.

A retina envia para o cérebro as imagens projetadas no globo ocular através dos bastonetes que captam a luminosidade e pelos cones que absorvem as cores, sendo a insuficiência ou ausência destes às causas desta moléstia.

Os graus de discromatopsia são variáveis e se classificam na protanopia, a mais comum, consistente na incapacidade de discriminação entre o vermelho e o verde; na tritanopia, com menor incidência, no conflito entre o azul e o amarelo e, por fim, na raríssima acromatopsia, na cegueira total em relação às cores, proporcionando apenas uma visão em preto e branco. Estes parâmetros se alteram em função da composição do espectro da luz ao redor ou incidente no objeto projetado.

A discromopsia atinge de 3% a 8% da população e pode ser congênita, quando é etiológicamente hereditária, ou adquirida, oriunda de lesões da retina ou nervo ótico causadas por exposição às substâncias tóxicas como o álcool, o tabaco e as drogas ou proveniente da progressão de enfermidades hereditárias como a *retinis* pigmentosa e a atrofia ótica, manifestando-se pela tritanopia na maioria dos casos.

O diagnóstico é obtido a partir das tábuas de Ishihara, cuja denominação rende uma homenagem ao cientista que concebeu este instrumento, um livro onde são dispostos mosaicos coloridos que subscrevem, numa combinação de cores, um algarismo perceptível pelos discromatas e outro numeral à vista das pessoas normais. Esses pratos pseudo-isocromáticos foram desenvolvidos à partir de uma técnica de comunicação da aeronáutica japonesa, onde, em tempos de guerra, eram inscritas na fuselagem das aeronaves as instruções verdadeiras, visua-

lizada apenas pelos daltônicos, encoberta pelas falsas, perceptíveis por noventa e sete por cento das pessoas.

2. A incoerência da legislação do trânsito

O artigo 53 da resolução do Contran nº 734, de 20 de outubro de 1989, ainda sob a égide do antigo código nacional de trânsito, determinava que os examinadores portadores de discromatopsia poderão ser considerados aptos no exame oftalmológico, desde que distingam as cores básicas, da sinalização de trânsito em testes realizados com lanternas luminosas dispostas ou não na posição apresentada pelos semáforos, sendo que os inaptos ficariam, consoante o parágrafo único, impedidos de dirigir veículo automotor de qualquer categoria.

Os motoristas, segundo os artigos 50, II e 51, IV, “d”, da mesma resolução, teriam que possuir a visão cromática do verde, vermelho, amarelo, azul e do âmbar, examinados a partir das tábuas pseudo-isocromáticas.

Na comparação destes dois dispositivos, percebe-se a nítida contradição que havia entre os métodos de avaliação clínica, pois, naquele dispositivo, os testes eram realizados com lanternas luminosas, enquanto neste, previa-se a utilização das tábuas pseudo-isocromáticas.

Uma outra dissensão era a definição do âmbar, haja vista que esta matiz não possui uma definição precisa que, segundo uma analogia com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, tanto pode ser o pardo ou preto, quanto o amarelo-pálido ou simples amarelo, remetendo o oftalmologista a uma avaliação totalmente subjetiva.

O Contran, buscando a pacificação destas divergências e a compatibilização com o novo Código de Trânsito Brasileiro, editou a atual Resolução nº 51, de 21 de maio de 1998, mitigando o diagnóstico pela eliminação da exigência da identificação do azul e do âmbar e, concomitantemente, dificultando os testes de visão pelo condicionamento ao Livro de Ishihara.

Assim, na norma vigente, consoante o item 3.8.1 do anexo desta resolução, restou apenas a necessidade de identificação do vermelho, do amarelo e do verde como aptidão oftalmo-cromática, o que evidencia que a finalidade desta norma foi dirigida exclusivamente à visualização dos semáforos.

O primeiro desconcerto normativo reside na ausência de distinção entre as espécies discromatópsicas. Na tritanopia, a visualização do azul não é obrigatória pela norma e não há confusão do amarelo com o verde e o vermelho. Ademais, a utilização do amarelo no trânsito possui o intuito de “advertência”, sendo facultativa a sua utilização, uma vez que, na padronização dos sinais de trânsito, constante do item 4.1.3. “a” do anexo II do Código de Trânsito Brasileiro, existem outras opções de semáforos que desprezam esta coloração.

Ademais, basta observar que o amarelo, em regra, aparece apenas na progressão do verde para o vermelho, o que, inversamente, não ocorre na liberação da via pelo sinaleiro.

Quanto aos demais discromatas, há que se salientar que os sinaleiros compõem uma sequência padronizada de cores pelo item 4.1.3. “a” do anexo II do Código de Trânsito Brasileiro, ordenando-se o verde, o amarelo e o vermelho, de baixo para cima no sentido vertical ou da direita para a esquerda no sentido horizontal, não sendo obrigatória a presença do amarelo. Em determinadas localidades existe a duplicidade da lanterna rubra.

A principal justificativa dos órgãos de trânsito para as restrições ótica-cromáticas é a existência de municípios que adotam sistemas díspares de sinalização semafórica, como por exemplo, os sinaleiros que, em formato diferenciado, contém progressão do tempo necessário para a abertura ou fechamento, semelhante aos utilizados nos circuitos de competição automobilística.

Neste caso, o administrador público estará violando o Princípio da Legalidade pelo desrespeito ao Código de Trânsito Brasileiro que, no artigo 80, estabelece que sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

Ademais, a utilização de modelos não homologados pela legislação poderá provocar acidentes a todos os motoristas, uma vez que, ao longo, e dependendo das condições atmosféricas, o semáforo poderá ser visualmente confundido com anúncios publicitários, placas de informações ou quaisquer apetrechos ao longo dos equipamentos públicos vários.

3. Adaptação da sinalização como um dever do Estado

A discromatopsia, conforme abordamos alhures, não se constitui numa doença, mas numa deficiência da retina, sendo que os portadores, embora em pequeno grau, não deixam de ser considerados deficientes, uma vez que sofrem restrições no direito de dirigir e no exercício de determinadas profissões.

A Constituição da República, dentre as repetidas vezes que consolida o dever do Estado em promover os meios necessários à adaptação dos deficientes, disciplina os artigos 227, § 2º e 244 que *a lei disporá sobre a adaptação de logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (destacado)*.

O legislador, repise-se, já adaptou inconscientemente as vias públicas padronizando a posição vertical e a horizontal da sinalização semafórica no Código Nacional de Trânsito.

Entretanto, esta padronização é insuficiente para atestar o cumprimento do dever do Estado na promoção dos portadores desta deficiência, uma vez que a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que regulamenta os dispositivos constitucionais retrocitados, no artigo 17 reza que *o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas*

de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (destacado).

Ademais, o artigo 3º desta lei ainda reza que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Esse aperfeiçoamento da sinalização poderá ser executado através da sobreposição das figuras geométricas constantes do item 1.1.4 e 1.2.3 do anexo II do Código de Trânsito Brasileiro sobreposta sobre os sinais luminosos. Assim, o vermelho seria sobrestado pelo sinal de “parada obrigatória”, modelo R-1, que já possui, segundo o 1.1.1 do mesmo anexo, o encarnado ao fundo; sobre o verde seria utilizado os sinais de regulamentação compatíveis constantes do item 1.1.4 como, de acordo com a via, o “siga em frente” (R-26), o “vire à esquerda” (R-25a), o “vire à direita” (R-025b), o “siga em frente ou à esquerda” (R-25c), o “siga em frente ou à direita” (R-25d) ou o “sentido circular obrigatório” (R-33) e, por fim, o amarelo (facultativo) se serviria do conjunto dos sinais de advertência do item 1.2.3 do anexo II.

4. Conclusão

A vedação à obtenção da carteira nacional de habilitação pela Resolução do Contran nº 51, de 21 de maio de 1998, conforme discorremos, é inconstitucional, uma vez que impossibilita o exercício de um direito garantido pela Constituição da República e pelo Código de Trânsito Brasileiro que contém a padronização dos semáforos.

É inconcebível que um órgão normativo do trânsito tenha editado uma norma restritiva de direito fundada apenas em presunções, tendo em vista que não há quaisquer estudos, estatísticas ou registros prévios que comprovem um potencial risco de acidentes de trânsito por parte dos discromatas.

O maior agravante, ainda, está no fato de que experientes motoristas profissionais, após anos de trabalho e sem qualquer envolvimento em infrações, delitos ou acidentes de trânsito, vêm sofrendo e com a rescisão de seus contratos de trabalho em virtude da cassação da habilitação devido a inaptidão clínica por discromatopsia que, congênita em 99% dos casos, jamais foi detectada nas inúmeras renovações deste documento.

Causa estranheza, também, o grande número de mulheres inaptas por discromatopsia, sendo que as pessoas do sexo feminino são apenas portadoras e não sofrem quaisquer influências na percepção das cores.

Os médicos peruanos Randy Flores Aparcana, Raúl Swayne Barrios, Ana Luisa Sánchez e Ronald Cadiello Chávez², em 1998, elaboraram uma proficiente tese acerca da discromatopsia a partir da bibliografia médica e de um estudo de campo através da realização de exames clínicos em 735 aspirantes à Marinha Peruana, de ambos

os sexos, entre 17-19 anos, constataram 25 casos (3,4%) de daltônicos, todos do sexo masculino, resultados similares aos obtidos pelo cientista Ishihara.

Segundo estes estudos, respaldados pela Sociedade Peruana de Medicina Interna, *la mayor afección del sexo masculino es explicado por el hecho de que el defecto es heredado, siendo transmitido como herencia recesiva ligada al cromosoma X, por la que la mayoría de mujeres que son portadoras del cromosoma X ligadas al defecto tienen visión de colores normal, pero sutiles anormalidades han sido reportados por algunos test, as estadísticas sugieren que el 15-20% de mujeres son portadoras del defecto (destacado).*

Por derradeiro, os portadores da discromatopsia possuem o direito absoluto de dirigir veículos, uma vez que a disposição das cores nos semáforos não importa qualquer dificuldade na interpretação do tráfego por estes condutores.

No plano legislativo, existe a necessidade urgente da revogação por inconstitucionalidade dos itens 3.3.4 e 3.8 do anexo da Resolução do Contran nº 51, de 21 de maio de 1998.

Sugestivamente, a fim de garantir o interesse coletivo dos daltônicos contra um novo cerceamento ao direito de guiar veículos pelo Contran, faz-se mister, ainda, a modificação da sinalização luminosa pela alteração do item nº 4.1.3, “a” do anexo II da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, conforme detalhado anteriormente, modernizando, destarte, o direcionamento do tráfego brasileiro. Tendo em vista que os órgãos executivos do trânsito possuem sua própria e farta fonte de recurso, porquanto o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro o privilegia estabelecendo que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, um prazo plausível para a conformação deste sistema seria de cinco anos, sem detrimento, na *vacatio legis*, da obtenção da carteira nacional de habilitação ou da permissão para dirigir dos portadores de discromatopsia.

Artigo publicado no jornal O Estado do Paraná, suplemento Direito & Justiça, em 18 de novembro de 2001.

Rogério Carlos Born é Técnico Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, bacharelando em Direito pelas Faculdades Integradas Curitiba, autor do livro Assédio Sexual nas Relações de Trabalho e vencedor do Prêmio Arnaldo Süsskind outorgado pelo I Concurso Nacional de Monografias promovido pela Editora Consulex de Brasília.

REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio do parecer e análise da prestação de contas da Prefeitura de Curitiba pelo Tribunal de Contas do Estado a esta Casa de Leis, exercício 2000/2001.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido dos moradores das Ruas Frei Eurico de Mello e Emílio Nichele - Bairro Fazendinha - CIC, os quais, através de abaixo-assinado anexo, reivindicam providências quanto à falta de água que ocorre diariamente no bairro. Muitos transtornos são causados aos moradores, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente. Pedem ainda, a implantação de rede de esgotos nas referidas ruas, o que será de grande valia para toda a comunidade. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a Sra. Rosa Senczuk, pelo telefone 245-2304.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, solicitando do mesmo a implantação de unidade descentralizada da Agência de Fomento no município de Londrina.

A Agência de Fomento foi criada em 1997 e conta com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo social de “apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil”.

Londrina é hoje uma metrópole no Estado do Paraná. Recentemente realizou a maior feira agropecuária do Brasil, encontrando similar somente nos Estados Unidos.

O Projeto Cidade de Londrina foi a mais importante obra realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e a história de ambas se confundem, sendo sinônimo de sucesso, que vem desde os últimos anos da década de vinte. A fundação ordenada, planejada e bem executada da cidade de Londrina marcou o início da excepcional expansão econômica do Estado do Paraná.

Hoje Londrina tem aproximadamente 4,5 milhões de habitantes na sua área de influência. na sua região metropolitana são 662.789 habitantes, segundo dados do IBGE em 2000.

O centro urbano de Londrina possui 433.243 habitantes, na área rural 13.579, totalizando população de 446.822 habitantes.

Possui significativa população economicamente ativa, merecendo, portanto, investimentos na área de

fomento, desenvolvendo ainda mais aquela cidade e, conseqüentemente, este pujante Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, a S. Exa. a Sra. Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, sejam liberadas as verbas de convênio e de emendas a que faz jus o Colégio Agrícola Estadual “Fernando Costa” - Ensino Médio, de Santa Mariana, neste Estado.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Os recursos do Fundo Rotativo por si só são insuficientes para atender às necessidades para o funcionamento da Escola.

Há necessidade de restaurar as edificações, de manutenção, renovação dos veículos, tratores e máquinas agrícolas.

Em razão disso, faz-se mister que a SEED repasse, com urgência, os recursos do convênio e de emendas a que o colégio faz jus.

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Dr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

1. qual é a previsão de arrecadação a título de pedágio pela Rodonorte, empresa concessionária responsável pelo Lote 05 do Anel de Integração no ano de 2002;
2. quanto foi arrecadado pela mesma empresa no ano de 2001 e em 2000;
3. quanto foi investido em obras nas rodovias sob concessão da mesma empresa nos anos de 2000, 2001, indicando as obras, quantificando-as;
4. qual o cronograma de atividades e obras para o ano de 2002, e qual a previsão de investimentos, quantificando e identificando as metas a serem atingidas.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo “Safrá da Cana no Paraná, será 12% maior em 2002”, de autoria do Sr. Olavo Pesch, publicado no jornal O Estado do Paraná, às fls. 10 do dia 14 de abril último.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Olavo Pesch; ao Sr. Anísio Tormena, presidente da Alcopar, bem como ao Dr. Paulo Pimentel, diretor-presidente do jornal O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná espera colher 25,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 2002, com um crescimento de 12% sobre 23,1 milhões de toneladas da safra 2001. Dos 315 mil hectares de cana plantada que serão industrializadas no Estado, a estimativa é produzir 1,2 bilhão de litros de álcool e 1,55 milhões de toneladas de açúcar. Essas projeções são do Sr. Anísio Tormena, presidente da Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná - Alcopar.

Iniciou-se a colheita e a moagem da safra. Os produtores aumentaram a área de plantio, as indústrias fizeram investimentos e foram crescendo gradativamente, historia o Sr. Anísio Tormena.

O setor sucroalcooleiro do Paraná gera cerca de 70 mil empregos diretos e 500 mil indiretos, sendo a maioria das usinas localizadas nas regiões norte e noroeste.

O Sr. Anísio Tormena é ex-prefeito municipal de Paraíso do Norte, presidente da Coopecana. Trata-se de um cidadão herói anônimo de um mundo para muitos desconhecido que sustentaram e sustentam modestas posições com padrões éticos irrepreensíveis que tanta falta hoje fazem.

No caso do Sr. Anísio Tormena está viva a sua memória, cultuada não só pela presença e pela sua atuação à frente da importante Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná, como de outros empreendimentos de interesse geral da sociedade que alicerçaram e mantêm acesa a chama da vida entre a comunidade, muitas vezes com a paixão que extravasa para se espairar por gerações e pelas legiões de seus seguidores, muito especialmente à sua família.

Requeremos a transcrição nos Anais da Assembleia para que fique gravado para a posteridade tão importante assunto.

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, da "Carta de Curitiba", retirada da reunião de todas as Coordenadorias de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado (Procon's).

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 227/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os serviços de cobranças de contribuições a entidades privadas, firmadas através de Convênios com a Copel, Sanepar, Telepar e/ou quaisquer empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos deverão ser autorizados por escrito pelos usuários dos respectivos serviços, inclusive com reconhecimento de firma do colaborador, em formulário próprio a ser fornecido pelo órgão cobrador.

Art. 2º - Na eventualidade de qualquer cobrança de contribuição a qualquer entidade, com desconto nas faturas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e outros, sem a autorização prevista no artigo anterior, a empresa pública e/ou concessionária será multada em 100 (cem) vezes o valor do desconto efetuado.

Art. 3º - As empresas públicas e/ou concessionárias que praticam convênio de que trata esta Lei, terão prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência da mesma, para regulamentarem as respectivas cobranças.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Os usuários dos serviços oferecidos pelas empresas públicas e/ou concessionárias de serviços públicos, especialmente a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, Brasil Telecom - Telepar estão celebrando convênio com entidades privadas, para prestação de serviços de cobrança de contribuições que fazem o usuários às respectivas entidades.

Ocorre, todavia, que muitos usuários têm reclamado da cobrança indevida de tais contribuições que são contratadas por serviços de telemarketing, sendo que as empresas públicas alegam que o usuário colaborador fornece número de identificação da conta, CPF, RG, etc, em alguns casos. Já em outras situações, alegam que exigem apenas a identificação do usuário. Por sua vez, muitos usuários alegam não terem autorizado as tais contribuições que são debitadas em contas de energia elétrica e telefone, principalmente.

Muito embora as referidas cobranças facilitem a arrecadação de entidades beneficentes, esse problema está causando muitos transtornos aos usuários dos serviços públicos, motivo pelo qual se apresenta o presente projeto de lei, que estabelece normas de cobrança das referidas contribuições.

O projeto prevê que os serviços de cobrança de contribuições a entidades privadas, firmadas através de Convênios com a Copel, Sanepar, Telepar e/ou quaisquer empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos deverão ser autorizados por escrito pelos usuários dos respectivos serviços, inclusive com reconhecimento de firma do colaborador, em formulário próprio a ser fornecido pelo órgão cobrador.

Além do preceito o projeto estabelece a sanção, qual seja, na eventualidade de qualquer cobrança de contribuição a qualquer entidade, com desconto nas faturas de energia elétrica, água e esgoto, telefone e outros, sem a autorização prevista no artigo anterior, a empresa pública e/ou concessionária será multada em 100 (cem) vezes o valor do desconto efetuado.

Para que as empresas públicas e/ou concessionárias que praticam convênios de que trata esta lei, possam se adequar as novas normas, fica estabelecido um prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência da mesma, para regulamentarem as respectivas cobranças.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres pares para aprovação desta importante contribuição aos paranaenses, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 228/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada Universidade instituída ou criada pelo Estado deverá reservar 3% (três por cento) das vagas para serem disputadas exclusivamente entre os cidadãos idosos.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se “idoso” o homem ou mulher com idade acima de 60 anos, conforme Lei nº 11.863/97.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em conjunto com as universidades envolvidas, editar as regras para o preenchimento das vagas, seleção dos candidatos e estabelecer as demais disposições necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O aumento da população de idosos é fato reconhecido mundialmente, resultado da diminuição da taxa de natalidade e mortalidade. Uma das maiores conquistas do século XX, foi o aumento da esperança de vida para a

maioria dos países do mundo. E há uma certa expectativa indicando o número progressivo da população de idosos nas próximas décadas, considerando que há 50 anos a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos e atualmente esta expectativa está ultrapassando os 68 anos e chegando aos 73 anos. segundo o IBGE o Brasil deverá ter a sexta população mais idosa do planeta no ano de 2025, com 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representa 14% da população.

Esta realidade traz desafios, já em discussão por diversos organismos internacionais como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e ONU (Organização das Nações Unidas), pois especialmente o Brasil não está preparado para enfrentar este quadro, já que o nosso país insiste em dar aos indivíduos um prazo improrrogável até os 40 anos de idade para estudar, se empregar, ter sucesso e obter estabilidade financeira. Atrasos nesta escalada podem significar, para os que estão na idade madura, a privação de vários de seus direitos como cidadãos: acesso à educação e chance de auto-aperfeiçoamento em qualquer fase da vida, trabalho justamente remunerado acompanhado de benefícios sociais, crescimento pessoal e social.

Dentro deste quadro, lamentavelmente, encontra-se a maioria dos idosos. O mundo mudou, a globalização chegou, junto com a informática, o novo século, a modernidade e a qualidade de vida muito diferente e muito menor que os idosos de hoje não conheciam ontem. Infelizmente ainda muito pouco se tem feito para mudar este quadro, buscando a adaptação do idoso ao novo mundo.

A política nacional do idoso, tão propagada, ainda engatinha quando se trata de ações concretas nesta área.

No Paraná, as pessoas com mais de 60 anos já atingem 8% da nossa população. Aqui, como em todo o país, os desafios são muitos. A política estadual dos direitos do idoso, instituída pela Lei nº 11.863 de 23 de outubro de 1997 trata do assunto, mas faltam ações que traduzam o documento em ações concretas, vivas no dia-a-dia desta população.

Dentro dessa ótica, estamos buscando uma maior socialização, além do aproveitamento das inúmeras potencialidades que os idosos, por já terem vivido grande parte de sua vida, possuem. Dar aos idosos a oportunidade de frequentar os bancos universitários, mesmo que em avançada idade, é aproveitar um potencial que está sendo desperdiçado, pois aos 60 anos o cidadão ainda tem muito a colaborar com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No pequeno expediente concedo a palavra ao deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do vereador Baiano, vereador Joel, da Cidade de Mariluz. Muito obrigado!

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero aproveitar mais este momento aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a verdadeira Casa do Povo, e onde os parlamentares têm defendido os interesses regionais; deputados da Capital e deputados lá da Região do Norte do nosso Estado.

Quero dizer que aquilo que o deputado vem dizendo sempre nesta tribuna, amanhã a primeira dama do Estado do Paraná, Fany Lerner, estará indo a Campo Mourão e à nossa região, para inaugurar obras importantes na área social. São obras que nenhum Estado brasileiro também tem e também faço um desafio para me dizerem aonde tem um governo no Brasil, de um Estado que tem obras sociais como tem o programa do governo Jaime Lerner e da primeira dama do Estado do Paraná, Fany Lerner? E amanhã o reconhecimento do município de Campo Mourão, que é administrado pelo PPS, reconhecimento da bancada de vereadores de todos os partidos políticos que deram o título de cidadã honorária de Campo Mourão a Fany Lerner. Isto quer dizer, senhores deputados, que realmente o governo do Paraná tem programas, são programas reais, vitais e concretos que em qualquer cidade do Paraná tem se verificado obras e mais obras. E amanhã a primeira dama do Estado do Paraná estará inaugurando várias obras em Campo Mourão e na região, e às 15 horas e trinta minutos estará recebendo um título com a maior justiça deste Estado do Paraná pelo município de Campo Mourão, pelas autoridades de Campo Mourão, mesmo sendo de partidos contrários ao partido do governo do Estado do Paraná, contrários ao nosso partido, mas reconheceram as obras que naquelas cidades são um verdadeiro cartão postal.

É uma alegria muito grande, temos visto não só em Campo Mourão, mas na nossa região, de prefeitos, de pessoas de outros Estados, de pessoas de outros municípios que vão ao nosso interior e ali os prefeitos levam para visitar as obras em parceria com o governo do Estado do Paraná.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, eu não poderia de forma nenhuma deixar de registrar aqui uma gratidão, um reconhecimento - principalmente eu que já fui prefeito, já fui vereador, sou deputado pelo segundo mandato - e nós no Paraná não tivemos nunca uma secretária tão eficiente, tão competente igual a Fany Lerner que realmente merece o reconhecimento não só de Campo Mourão, mas dos 399 municípios do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PDT, PT, PPB PMDB...

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas quero fazer um comunicado a esta Casa porque recebemos aqui o José Tavares,

secretário da Segurança Pública, há dias, juntamente com os comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil. Naquele momento sabatinamos o secretário sobre as investigações, para a apuração da morte do deputado Tiago Amorim Novaes.

O fato mais estranho, senhor presidente, nesta semana, ontem, acompanhamos na imprensa, que o delegado Macorin designado para apurar o fato, foi transferido de Cascavel, para Paranavaí. Não sei o que está acontecendo, porque naquele episódio que V. Exa. participou presidindo a Sessão, externamos todo o nosso inconformismo com a falta de respostas, em relação às investigações da morte do deputado Tiago. Mas aquilo não bastou, porque o secretário da Segurança Pública acaba de transferir o delegado de Cascavel, para Paranavaí.

A imprensa noticiou dizendo que o delegado Marcorin iria, mesmo em Paranavaí, cuidar das investigações do deputado Tiago. Só que hoje, vendo a reportagem, o delegado Marcorin diz que ele está abrindo mão da investigação do deputado Tiago Amorim Novaes, sem nenhuma explicação ainda, para a opinião pública e do Oeste do Paraná, que cobra com veemência sobre os esclarecimentos que levaram ao término da vida do deputado Tiago.

Por isso, senhor presidente, acho que teremos que propor aqui na Casa, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essa situação. Eu já havia proposto àquele dia. Esperamos que a polícia possa dar esclarecimentos, mas até agora não foi dado, e o que é pior: o delegado foi transferido. Quatro meses já se passaram e "tudo está como dantes, no quartel de Abrantes".

Gostaria de comunicar e pedir a V. Exa., que tomasse providências, porque senão iremos conversar com os deputados do governo e da Oposição e iremos propor a criação de uma CPI, para investigar a morte do deputado Tiago Amorim Novaes, porque a Secretaria de Segurança Pública está falhando e pecando com suas obrigações.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Ouvi atentamente as palavras do deputado Nereu Moura. Deputado, há dois dias estou noticiando - inclusive a Rede Globo de Televisão, a Gazeta do Povo, a Folha de Londrina, a Tribuna do Paraná, o jornal O Estado do Paraná, o Diário Popular, Indústria e Comércio e outros jornais da nossa Capital, noticiaram que o delegado Bacorin deu uma entrevista à Rede Globo. Pedi à minha equipe que fosse a Foz do Iguaçu, para entrevistá-lo. Inclusive estou com a entrevista e vou colocá-la amanhã.

Na entrevista, ele disse o seguinte: ele já sabe quem é o mandante do crime e quem assassinou o deputado Tiago Amorim. É que ele não poderia dar os nomes, no momento, para a Comissão de Segurança, que eu e

outros deputados fazemos parte e muito menos para a imprensa do Paraná.

Eu falei: Quanto tempo vai demorar isso aí? Ele falou que achava que até o final de semana, o mais tardar semana que vem, quando o assassino será preso e, então, já estará desvendado. Ele disse que não foi crime político. Foi um crime de vingança.

Acho que se não aparecer até a semana que vem, providências deverão ser tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Uma informação para todos os senhores parlamentares: tanto o autor do crime como o mandante já estão com o mandato de prisão decretado. Só que não conseguiram ainda, estão em buscas e deverá a prisão ocorrer nas próximas horas, nos próximos dias. Já tem uma decisão judicial, um mandato de prisão do autor ou autores.

Esta é a informação que eu queria passar aos senhores parlamentares, que coincide com as declarações do delegado ao deputado Alborghetti.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Então, senhor presidente, eu tinha pedido questão de ordem, mas abro mão mediante as informações que estou recebendo, porque faz 15 dias que estou tentando conversar com o secretário de Segurança, mas ele está muito atarefado e não teve tempo de atender esse parlamentar.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, como é que se explica a transferência do delegado, no caso do deputado Tiago para Paranavaí? Existe muita coisa mal explicada nesse negócio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que V. Exa. poderia apresentar o requerimento hoje e nós o encaminharíamos a Pedido de Informações.

Eu não tenho essas informações. estou prestando as informações que tenho.

O SR. NEREU NOURA (**Pela Ordem**)

Perfeito, mas fiz um adendo aos seus esclarecimento e vamos esperar até semana que vem, se não for esclarecido, iremos propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem todo o direito regimentalmente de propor.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Por isso que vamos propor, porque temos o direito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL, PSDB, PTB, PPS. Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edson Strasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído ao deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 228/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir linhas de crédito através de Programa de Apoio ao pequeno proprietário rural, destinados à aquisição de áreas e à realização de benfeitorias.

Art. 2º - Poderão ter acesso aos financiamento cidadãos radicados no Paraná há mais de dois anos e que tenham comprovadamente relação profissional com a atividade agrícola.

Parágrafo Único - O agricultor somente poderá obter financiamento através do Programa de Apoio à aquisição de área uma única vez.

Art. 3º - Considera-se-á para efeitos de dimensionamento máximo da área a ser financiada o módulo definido em lei como pequena propriedade rural.

Art. 4º- As benfeitorias para as quais poderão ser realizados financiamentos são as consistentes em construção de moradia, barracão para armazenamento de safras, instalações destinadas ao processamento da produção rural e equipamentos agrícolas.

Art. 5º - As condições, garantias, prazos e valores máximos para os financiamentos serão definidos por ato do Poder Executivo.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 287/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais.

§1º - O aparelho para detecção de metais, deverá ficar sob responsabilidade de funcionário da empresa, que, em rododotroviárias e a cada parada do veículo, deverá fazer uso do mesmo em cada passageiro que embarcar.

§ 2º - Em casos de passageiros que estejam portando arma, a mesma deverá ser apreendida, mediante comunicação à unidade policial mais próxima do local.

Art. 2º - A fiscalização das empresas, com relação ao sumprimento desta lei, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - Os detectores de metais deverão ser colocados, também, nos terminais rodoviários.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 319/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que transfere o município de Quatiguá do Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07.08.2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica denominado o município de São Carlos do Ivaí como "Capital Paranaense da Lajota". **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 539/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri e do deputado Marcos Isfer, que institui o Dia do Yôga. **Aprovado. (Publ. no DA nº 151/2001, de 18.10.2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 576/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que proíbe a exigência de fiador nas matrículas em estabelecimentos de ensino privado no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 05.11.2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 667/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04.12.2001).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 709/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede e foro no município de Guaraniaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 709/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede e foro no Município de Guaraniaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 099/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de cidadã honorária à doutora Ana Primavesi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002).**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 115/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede no município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2002, de 13.03.2002).**

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 118/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18.03.2002).**

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional de Lourenço Bacarin, com sede e foro no município de Iporã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19.03.2002).**

ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 008/2002, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto ao Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/2002, de 11.07.2002 em 1ª Disc.).**

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios aos vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 15

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 16

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições

pública do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 17

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda, e foro na comarca de Uiratã/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 18

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Bairro Lar Paraná, com sede no e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2002, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprovada o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19.06.92. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município do mesmo nome. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 617/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município de Jaguariaíva.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 617/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município de Jaguariaíva.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação. No entanto sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro Integrado e Apoio Profissional, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01.04.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 174/2002

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Integrado e Apoio Profissional, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 830, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, constante do expediente.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir aos senhores deputados para que aguardássemos a defesa do prefeito, porque o relatório foi mandado para o prefeito responder, e daí analisarmos o requerimento.

Gostaria que esse requerimento fosse rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, em se tratando de investigar recurso do Fundef - que é o dinheiro para o Ensino Fundamental, não tem o que discutir. Se a prefeitura tem algum erro, ela tem que ser punida e se ela não tem, não terá que ser punida.

Temos que aprovar o requerimento. Acho que é a medida mais justa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só quero chamar a atenção da Casa. Estamos nos digladiando porque há dois interesses: o do deputado Genari e o do deputado Irineu Colombo. Não entro no mérito porque é um problema que tem que ser investigado. O que acho estranho é que o autor da emenda não está em plenário. Estamos nos desgastando para decidir se votamos ou não votamos e o autor não está em plenário.

Acho até uma falta de consideração para com a Casa e para com os companheiros, a ausência do parlamentar quando se vota uma emenda que é de suma importância.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

É um encaminhamento só ao Ministério da Educação, senhor presidente. Não tem senão. A proposta é para que se encaminhe ao Ministério da Educação, o problema de desvio do Fundef para que o Ministério da Educação tome as providências. Não está sugerindo nenhuma penalidade e nenhum problema para o município de Nova Aurora, apenas para que o Ministério da Educação faça as verificações necessárias para saber se houve ou não houve o desvio de recursos do Fundef.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o Ministério da Educação vai receber o presidente do Tribunal de Contas. A prefeitura vai responder o relatório que recebeu. Tem um prazo legal para isso.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Já foi feito o levantamento pelo Tribunal de Contas. A auditoria foi realizada, levantou o fato. Quer dizer, a defesa ou não do prefeito não tem nada a ver com esse momento.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Está suspensa a Sessão por alguns minutos.

(**Prossegue a Sessão**)

O SR. MARCOS ISFER

Acho que seria uma incoerência não remetermos, ao que já está levantado, ao Ministério da Educação para apurar. Não há nada demais nisso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retira-se da Ordem do Dia da presente Sessão.

Requerimento nº 849, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Treze senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Requerimento nº 836, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 837, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 838, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 839 a 841, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 842, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nº 843 a 846 e 855, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 847 e 863, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 850, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 852, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 853 e 854, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 858, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nº 859 e 860, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 861 e 862, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 848, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados, senhor líder do Governo Durval Amaral, membros da Mesa.

O que solicitamos, é que o Tribunal de Contas, como um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, manuseou as contas da Prefeitura de Curitiba em todos esses anos, inclusive nos anos de 2000 e 2001, conforme nosso requerimento.

Então, pretendemos que o Tribunal nos informe qual foi o conceito, qual a opinião em relação à administração do município de Curitiba. Por isso, peço aos senhores deputados que permitam que a Casa faça essa solicitação ao órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, que vai evidentemente nos dizer: "Olha, a Prefeitura aprovou as contas com a seguinte situação:..." E nós, então, teremos conhecimento.

Era isso que queria pedir ao senhores deputados, que aprovem esse requerimento, que nada mais é do que uma prestação de contas públicas e precisamos ter essas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere. Quatro senhores deputados aprovam. Vinte e dois senhores deputados rejeitam. Alguns deputados deixaram de se manifestar.

Está rejeitado o requerimento.

Para justificar o voto, com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Justificar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Vejam que qualquer cidadão pode usar a lei que existe para requerer as contas de qualquer administração pública. O que acabamos de ver aqui, é a recusa que a Assembléia Legislativa dá para que o Tribunal de Contas torne públicas as contas das prefeituras, como sempre, da Prefeitura de Curitiba. Depois, pediríamos da Prefeitura de Londrina, da Prefeitura de Maringá e de outros municípios.

Se o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia e pode manusear os documentos, porque a Casa, a Assembléia Legislativa não pode ter uma informação do Tribunal de Contas, formando um conceito da administração de Curitiba? O que é que o Tribunal de Contas poderia fazer se aprovado este requerimento? Dizer que as contas de Curitiba foram aprovadas, aonde Curitiba gastou tanto em propaganda e publicidade, aonde Curitiba gastou tanto em coleta de lixo, aonde Curitiba gastou tanto com o Poder Legislativo, aonde Curitiba gastou tanto com o custeio da máquina, aonde Curitiba gastou tanto com a folha de pagamento, aonde Curitiba passou tantos recursos para entidades sociais da Prefeitura de Curitiba?

Por que não podemos ter acesso a esse tipo de informação? Por que a Bancada do Governo vota contra? Porque aprovando esse, viria na sequência de Londrina, a compra da Sercomtel, que o governo do Paraná pagou mais do que ela vale. Se os senhores deputados prestarem atenção, a Prefeitura de Londrina, vendendo hoje, não vale o que o governo pagou, com desvio e tudo.

Então, senhores deputados, está aqui uma forma de ver as coisas claras como elas são. Não podemos fingir, ter no Tribunal de Contas conselheiros que nos aconselham mal. Não podemos permitir que fique aquela “caixa preta”, temos que começar a mexer com as coisas, porque se enfrentamos a ditadura militar, se tivemos tantas lutas no Brasil, agora começa a luta maior, que é a luta pela ética e transparência na administração pública.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para comunicar: ontem, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente uma ação movida contra o prefeito Mário Roque das Dores, de Paranaguá, porque ele teria usado na sua campanha eleitoral, uma logomarca que teria ligação com a logomarca da Prefeitura. Tendo perdido a questão aqui no Paraná, foi a Brasília, em recurso, e ontem, por seis votos a zero, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente. Portanto, não chegou a atender a Oposição que desejava a cassação do prefeito Mário Roque das Dores.

Por isso Paranaguá continua em boas mãos.

Em mãos de um prefeito que transformou a cidade, dirigindo aquele município, a cidade mais antiga do Estado do Paraná, com muita honra, com muita dedicação e acima de tudo com honestidade e credibilidade. Portanto, neste momento, parabênz o prefeito Mário Roque e toda a população paranguara, que respira aliviada agora, porque a sua cidade permanece nas mãos de um prefeito honrado, eleito pelo voto do povo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch) (Assume a Presidência)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18 às dez horas, destinado ao trabalho das Comissões.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 011, 075, 084, 119, 120, 123, 130, 131, 139 e 161/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617/2001 e 174/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 430/2000; 328, 513, 532, 599, 642 e 664/2001; 002/2002 e do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 2002.

“Safr da cana no Paraná será 12% maior em 2002”

Olavo Pesch

O Paraná espera colher 25,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar este ano, um crescimento de 12% sobre as 23,1 milhões de toneladas da safra passada. Dos 315 mil hectares de cana plantada que serão industrializados no Estado, a estimativa é produzir 1,2 bilhão de litros de álcool e 1,55 milhão de toneladas de açúcar. As projeções são da Alcopar (Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná).

“Algumas unidades já iniciaram a colheita e moagem da safra no Paraná. Até o final de maio, as 27 usinas de açúcar e álcool entram em operação” relata o presidente da Alcopar, Anísio Tormena. Cerca de 60% da cana colhida no Estado é destinada à produção de álcool. Do álcool, 98% é do tipo carburante (combustível), e o restante se destina à indústria química.

Os números da safra atual não são recordes, mas mostram a evolução do setor sucroalcooleiro do Paraná, segundo maior produtor no ranking nacional, atrás apenas de São Paulo. Em 98, a área plantada de cana no Estado chegou a 330 mil hectares com produção de 1,3 bilhão de litros de álcool.

“Superada a crise de 99 - quando ficou muito álcool estocado, com preço deprimido, em função do petróleo barato - o setor começou a recuperação em 2000. Os produtores aumentaram a área de plantio, as indústrias fizeram investimentos e foram crescendo gradativamente”, história Tormena.

O setor sucroalcooleiro do Paraná gera cerca de 70 mil empregos diretos - entre produtores e trabalhadores

da indústria - e 500 mil indiretos. A maior parte das usinas localiza-se nas regiões Norte e Noroeste.

Exportações

A Alcopar projeta crescimento nas exportações de açúcar. Historicamente, o Estado negocia cerca de 70% de sua produção cerca de 70% de sua produção com o exterior.

Como a produção será maior neste ano, o volume exportado também será expandido, passando de 900 mil toneladas para mais de um milhão de toneladas. Os principais mercados são EUA e Europa.

No dia 3 de maio, será inaugurado junto ao Porto de Paranaguá o armazém de açúcar construído em parceria por doze unidades produtoras, incentivadas pela Alcopar. “Com o armazém próprio, o custo da exportação será menor”, explica Tormena. O açúcar tipo VHP (para exportação) está sendo comercializado por volta de R\$260 a tonelada.

O Porto de Paranaguá já exportou 308.345 toneladas de açúcar a granel neste ano, contra 201.901 toneladas em igual período de 2001. O volume de açúcar acondicionado (em sacas) caiu de 41 mil toneladas para 8.394 toneladas no mesmo período. Em todo o ano passado, o total de açúcar a granel embarcado pelo Porto foi de 1.952.054 toneladas (sendo 900 mil toneladas do Paraná), e o produto acondicionado somou 242.758 toneladas.

Como as vendas internacionais de açúcar já estão consolidadas, o setor agora planeja colocar o álcool combustível no externo. “Ainda não existe mercado para o álcool. O objetivo é transformar o álcool em commodity, como o açúcar”, destaca Tormena. A indústria alcooleira do Paraná calcula que poderá vender 150 milhões de litros neste ano para o Japão e Europa. “O projeto de exportação está embrionário. Fizemos algumas visitas e recebemos comitivas de empresários desses países, interessados em nosso produto, mas não há nada fechado”, revela Tormena.

Saída para crise

A expectativa positiva para essa safra, que vai de abril a dezembro, ganha reforço com a instabilidade do mercado mundial de petróleo. “As constantes majorações despertam interesse do consumidor pelo álcool combustível”, salienta o presidente da Alcopar. Na avaliação dele, o Brasil tem uma saída - o álcool - caso perdure a crise do petróleo.

Porém, Tormena concorda que essa mudança não acontece de uma hora para outra. “É preciso conscientização do usuário, do governo e das montadoras que o álcool é um produto extremamente nobre, com um alcance social muito grande pelo número de empregos gerados. A volta do Proálcool, defendida por empresários e ministros, também nos anima a trabalhar”, comenta.

O preço do álcool está estável, sendo vendido de R\$0,58 a R\$0,60 para as distribuidoras. “Ninguém do setor fala em aumentar preços”, afirma Tormena. Na safra

passada, o produto foi comercializado a partir de R\$0,50 atingindo R\$0,58 no pico da safra.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 2002.

“Carta de Curitiba”

Procon's

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos, tendentes à aplicação do disposto no artigo 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, em especial, a respeito da limitação de quantitativos de produtos em oferta de promoção de preços;

considerando que, até a presente data, a Concessionária de Telefonia Fixa Comutada Brasil Telecom, não adotou medidas para solucionar as irregularidades apontadas na Carta de Cascavel, firmada em 27 de abril de 2001;

considerando o Direito inquestionável dos Consumidores em receber um serviço de telefonia adequado e eficaz, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor;

considerando a ausência de discriminação dos pulsos cobrados nas faturas telefônicas;

considerando também, a importância do falecimento da estrutura técnico-administrativa do Sistema Estadual de proteção e Defesa do Consumidor;

concluem:

I - para fins de entendimento do disposto no artigo 39, I, da Lei 8.078/90, no que se refere a limites quantitativos de produtos em promoção de preços, com a concordância dos Procons do Paraná, exceto Maringá, fixa-se como parâmetro, a oferta mínima de doze unidades por consumidor, em promoção de preços para produtos não duráveis, com o objetivo de proporcionar atendimento ao maior número possível de Consumidores finais;

II - tendo em vista a persistência do Brasil Telecom no desrespeito aos Direitos dos Consumidores, por unanimidade, definidos que, doravante, os Procons do Paraná não mais participarão dos Conselhos de Clientes da referida Concessionária;

III - nas reclamações instauradas cujo objeto seja o questionamento dos pulsos telefônicos cobrados, a operadora será notificada para proceder à instalação do aparelho “telefonógrafo”, possibilitando, assim, a discriminação dos pulsos questionados, conforme estabelece o artigo 62 e parágrafo único, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, anexo à resolução 85/98 da Anatel;

IV - realizar, no âmbito do Estado do Paraná, pesquisa de opinião a respeito da satisfação dos Consumidores do serviço de telefonia fixa comutada prestado pela Brasil Telecom, instaurando-se os competentes procedi-

mentos de Investigação Preliminar, para instrução de eventual Ação Civil Pública;

V - solicitar ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Justiça e Cidadania, que envie esforço junto aos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios paranaenses para que viabilizem o fortalecimento e a melhoria das condições de funcionamento dos Procon's municipais.

VI - Os Procon's Municipais endossam o protocolo de intenções firmado entre a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e a Serasa, com a interveniência do Procon-PR, para viabilizar a exclusão das informações contidas nos arquivos da Serasa, imediatamente, sempre que houver solicitação expressa do Coordenador do Procon.

Curitiba, 16 de abril de 2002.

(aa) PROCON'S: MANDAGUARI, ROLÂNDIA, CAMPO LARGO, GUARAPUAVA, PONTA GROSSA, APUCARANA, MEDIANEIRA PATO BRANCO, TOLEDO, PARANAGUÁ, RIO NEGRO, FOZ DO IGUAÇU, IRATI, TELÊMACO BORBA, DOIS VIZINHOS, CIANORTE, PARANAVAÍ, UMUARAMA, MARINGÁ, PALMEIRA, SÃO MATEUS DO SUL, ASTORGA, CORNÉLIO PROCÓPIO, JACAREZINHO, LONDRINA, CASCAVEL, CAMPO MOURÃO, FRANCISCO BELTRÃO, CAMBÉ, SANTO ANTONIO DA PLATINA.